

Governo recua e negocia com estados

Sarney convoca líder do PMDB e reabre o diálogo sobre o pagamento da dívida

O governo reabriu ontem as negociações sobre a proposta de pagamento da dívida dos estados e municípios acertada no dia anterior entre a Comissão Mista de Orçamento e os secretários estaduais da Fazenda. A apresentação do parecer da lei orçamentária para 1989 foi adiada de ontem para hoje, às 18 horas, em Brasília, quando espera-se uma "solução negociada" que atenda os interesses do governo e dos estados.

Segundo o líder do PMDB na Câmara dos deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que foi ao Palácio do Planalto a pedido do presidente José Sarney, "o governo manifestou o interesse em negociar". Do lado do Congresso, os interlocutores são Ibsen Pinheiro, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), e o relator geral, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Do lado do governo, o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Ronaldo Costa Couto.

Antes do desfecho da conversa entre Sarney e Ibsen Pinheiro, assessores da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) manifestavam a oposição da área econômica à fórmula encontrada pela comissão e os secretários estaduais da Fazenda

para o pagamento da dívida dos estados e municípios. Chegou-se a especular, na Seplan, que os membros da comissão estariam dispostos a obrigar, por lei, as empresas estatais a pagar uma parcela de seus débitos, que hoje são rolados integralmente. Essa questão não foi confirmada no Congresso.

TERCEIRA MENSAGEM

O deputado Cid Carvalho, ao relatar encontro no Palácio do Planalto entre Sarney e o líder do PMDB, disse que, em certo momento, o governo admitiu até a possibilidade de retirar a segunda mensagem do orçamento e apresentar uma terceira, que seria conciliatória. Ele deixou claro que a proposta de emenda apresentada na véspera não ficava invalidada com a reabertura das negociações. "A proposta está com o relator, que simplesmente adiou a apresentação de seu parecer para permitir o entendimento", afirmou Cid Carvalho.

Mais tarde, informado dos acontecimentos, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ulysses Guimarães, garantiu que o Congresso não abria mão do princípio federativo consagrado na Constituição — descartando, assim, a possibilidade de uma proposta do governo para discriminar os estados. "A questão da dívida deve valer para todos os estados, sejam ricos ou pobres", enfatizou ele.

Na conversa com o presidente Sarney, Ibsen Pinheiro — segundo o relato de Cid Carvalho — teria se queixado da posi-

ção dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu. "Os ministros da área econômica contribuíram mais para o confronto do que para o entendimento", comentou Carvalho. O deputado Ibsen Pinheiro negou a versão.

SÓ SETE PAGAM

Só sete estados irão pagar parte de suas dívidas externas em 89, previu ontem, no Rio, o secretário de Estado da Fazenda, Antônio Cláudio Sochaczewski. Ele participou das negociações em Brasília com a área econômica do governo e com membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional e acredita que o substitutivo em mãos do relator, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), será aprovado na Comissão e também no plenário do Legislativo, até o dia 15.

Todos os estados, de acordo com o substitutivo, poderão rolar 100% de suas dívidas externas vencidas e 19 ficarão isentos de pagar em 89 a parte por vencer. Segundo Antônio Cláudio Sochaczewski, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul pagarão 25% de suas dívidas, a vencer, "ou seja, o mesmo que pagaram neste ano", enquanto Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Paraná pagarão entre 10% e 20%. O secretário da Fazenda explicou: os governadores dos estados do Norte e Nordeste, com uma dívida externa pequena, mas a interna elevada, querem agora rolar a dívida interna e para isso será preciso uma lei complementar, o que já está sendo articulado.